

Módulo **5**

Gestão escolar no Maciço de Baturité

Sofia Lerche Vieira
Eloisa Maia Vidal
Organizadoras

Os números ajudam a pensar

Eloisa Maia Vidal
Antônio Nilson Gomes Moreira

Expediente

Reitor da UECE

José Jackson Coelho Sampaio

Reitora da UNILAB (pro tempore)

Nilma Lino Gomes

Coordenação Editorial

Eloisa Maia Vidal

Sofia Lerche Vieira

Projeto Gráfico

Roberto Santos

Editoração

Design Editorial

Ilustrações / Vinhetas

Guabiras / Antonio Eli

Revisão

Edísio Fernandes

Catálogo

Carmem Araújo

Este material é parte integrante do Projeto Observatório da Educação no Maciço de Baturité (OBEM) financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no Edital nº 14/2011. Processo 474940/2011-0

G393 Gestão escolar no Maciço de Baturité / organizadoras Sofia Lerche Vieira, Eloisa Maia Vidal. – Fortaleza : Design Editorial, 2014.
5 módulos (152 p.) : il. ; 28 cm.

Conteúdo: Módulo 1. Fatores associados ao sucesso escolar / Sofia Lerche Vieira, Rosalina Morais, Larissa Martins Dantas – Módulo 2. Planejamento e gestão no cotidiano da escola / Eveline Andrade Ferreira Siqueira, Antônio Nilson Gomes Moreira, Karla Karine Nascimento Fahel Evangelista. – Módulo 3. Leitura e internet na escola / Alana Dutra do Carmo, Fátima Portela Cysne, Steffany Maria de Lima Vieira. – Módulo 4. Os parceiros na gestão da escola / Jacques Therrien, José Osmar Vasconcelos Filho, Priscila Marize Santos Amorim, Willana Nogueira Medeiros. – Módulo 5. Os números ajudam a pensar / Eloisa Maia Vidal, Antônio Nilson Gomes Moreira.

Inclui referências bibliográficas, quadros, tabelas, mapas e gráficos.
ISBN 978-85-63699-09-1

1. Gestão escolar. 2. Planejamento escolar. 3. Educação. 4. Leitura. 5. Biblioteca escolar. 6. Internet – escola. 7. Indicadores educacionais. 8. Indicadores sociais. 9. Política educacional. I. Vieira, Sofia Lerche. II. Vidal, Eloisa Maia.

CDU: 371,2
027.8

Sumário

Objetivos	125
1. A necessidade de indicadores sociais e educacionais	125
2. Indicadores sociais no Maciço de Baturité	126
3. O Programa Bolsa Família e a oferta educacional no Maciço de Baturité	134
4. Financiamento da Política Educacional no Maciço de Baturité ...	138
5. Indicadores Educacionais: a busca pela qualidade	142
5.1. A criação do Ideb e o desafio de atingir metas	144
6. É na escola que tudo acontece	148
7. Tecendo algumas considerações finais	150
Referências	151
Sobre os autores	152

Objetivos

- Compreender o que são indicadores sociais e o que eles representam para analisar um determinado contexto territorial.
- Conceituar alguns indicadores educacionais e analisá-los a partir de dados para a região do Maciço de Baturité.
- Analisar alguns indicadores sociais e educacionais, relacionando-os entre si, evoluindo para uma interpretação mais sistêmica do contexto educacional.

1. A necessidade de indicadores sociais e educacionais

O interesse pela definição e construção de indicadores sociais no Brasil surge no contexto do processo de descentralização administrativa e tributária determinado pela Constituição Federal de 1988. O reconhecimento do município como ente federado passa a demandar destes a necessidade de institucionalizar o processo de planejamento local, e utilizar indicadores sociais para subsidiar a elaboração de planos diretores, justificar repasses de verbas federais e planejar a oferta de equipamentos e serviços públicos específicos (JANNUZZI, 2002, p. 52-53).

Um indicador social pode ser definido como “uma medida em geral quantitativa, dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico ou programático” (IDEM, p. 55).

Qualquer indicador social apresenta limites e potencialidades e quando bem empregado ele pode enriquecer o estudo da realidade, ajudando na **interpretação empírica** e orientando de forma competente, a análise, a formulação e a implementação de uma determinada política social (IDEM, p. 53).

O que veremos neste texto é a discussão sobre um conjunto de indicadores sociais acerca dos municípios que compõem uma macrorregião administrativa do Estado do Ceará, denominada Maciço de Baturité. Esses dados são comparados entre si, com as médias do Estado do Ceará e as do Brasil, na tentativa de construir um cenário que permita avançar no entendimento da situação atual e na projeção e planejamento para um cenário futuro mais promissor.

No sentido de aprofundar os estudos da política educacional da região, trabalharemos também com alguns indicadores que podem ser definidos como medidas estatísticas que refletem aspectos da realidade do sistema educacional. Para tanto, procurou-se localizar alguns dados educacionais, que tenham um **ponto de referência** com o qual possam ser comparados, observando os sistemas municipais de educação e as escolas.

Obviamente, esses indicadores não informam tudo sobre os sistemas educacionais, mas possibilitam um perfil sucinto e elucidador da realidade. Sendo os indicadores estatísticos relativamente simples, dificilmente um indicador isolado poderá abranger todos os aspectos dos fenômenos que ocorrem no interior do sistema educacional. Portanto, um conjunto de indicadores geraria uma informação mais abrangente e completa da realidade, permitindo avaliar o desempenho do sistema e contribuindo para orientar a tomada de decisões em educação.

Além de auxiliar no entendimento do passado e do presente, os indicadores também são essenciais como instrumentos para o desenvolvimento do planejamento.

A interpretação empírica se refere ao trabalho com dados coletados na realidade. Ou seja, o processo de entendimento do contexto se baseia na análise das informações obtidas em situações reais. Taxas de aprovação, de evasão, de reprovação, de distorção idade-série, de escolaridade bruta e líquida, dentre outras, são exemplos de informações empíricas que nos auxiliam na interpretação da realidade das escolas e dos sistemas de ensino, além de subsidiarem os gestores e os formuladores de políticas públicas, no desenho e na implementação de iniciativas que contribuam para a superação de situações indesejadas pela sociedade.

Quando se trabalha com indicadores sociais e educacionais, é muito importante se adotar um ponto de referência ou linha de base. Esses dados iniciais servem para revelar a situação em que se encontra o objeto analisado naquele momento e apoiar o estabelecimento de objetivos e metas projetados para o futuro. Depois, esse ponto de referência ou linha de base servirá para comparar o passado com o presente, analisando o comportamento que aquele indicador teve durante o período em questão. Por exemplo, quando se procura analisar a taxa de analfabetismo funcional, são observados os dados de 2000 e 2010, visando comparar o que aconteceu com este indicador no período de 10 anos. No caso do Ideb, o ponto de referência que adotamos é 2005, o primeiro ano de aplicação da Prova Brasil e cálculo do índice. Você vai observar que as comparações relativas a avanços ou quedas no Ideb têm 2005 como referência.



Nesse módulo didático, os indicadores educacionais selecionados ajudam na disponibilização de informações a respeito do sistema educacional municipal como: a descrição de suas características fundamentais; o esclarecimento de problemas correntes ou potenciais do sistema de avaliação dos resultados e do alcance das metas planejadas.

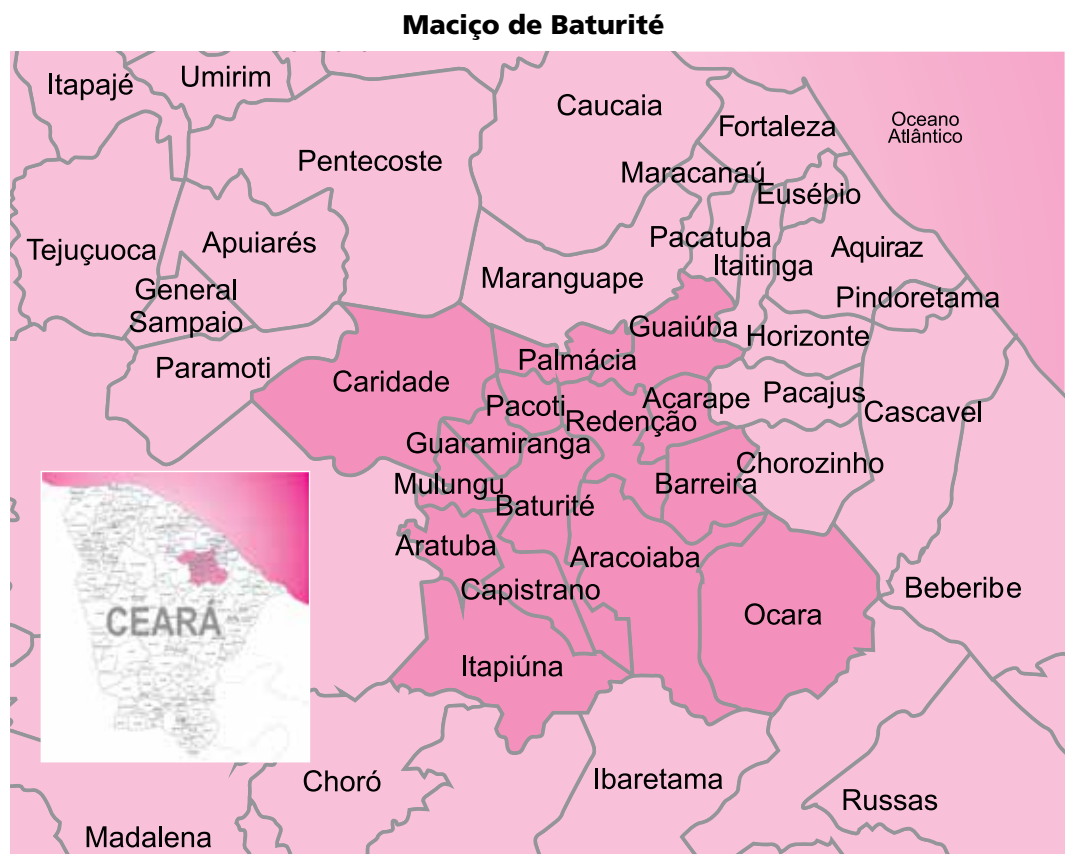
Na próxima seção, abordaremos alguns indicadores sociais que ajudarão a esclarecer o cenário educacional da Região.

2. Indicadores sociais do Maciço de Baturité

O Maciço de Baturité é uma das oito macrorregiões administrativas do Ceará, contando com 13 municípios¹, que ao todo respondem por 4.820 km², o que representa 3,29% da área territorial do Estado.

1. Os municípios de Guaiúba e Caridade não estão localizados na macrorregião referida, mas fazem parte deste trabalho por serem filiados à Associação dos Municípios do Maciço de Baturité (AMAB).

Figura 1



De clima ameno, acolhedor, com sua sede na cidade de Baturité, a 79 quilômetros da Capital, a macrorregião apresenta uma economia concentrada no setor de serviços (70,86%), com a indústria respondendo por 11,93% e a agropecuária com 17,2%, sendo esta última focalizada em atividades de subsistência (IPECE, 2012).

Com uma população de 274.634 habitantes, a taxa de urbanização da região é 51,9%, inferior às taxas de urbanização do Ceará (75,1%) e Brasil (84,4%). No intuito de aprofundar o estudo sobre os indicadores sociais da região, vamos analisar a distribuição da população no território, a partir da sua localização.

Os dados apresentados na Tabela 1 mostram que nesses municípios ainda persistem significativos percentuais de população rural, se comparados com os dados

do Ceará (24,9%) e Brasil (15,6%). Dos 15 municípios, oito deles apresentam percentual de população rural superior a 50%. Apenas dois encontram-se na faixa de ruralidade do Estado – Baturité e Guaiuba, sendo a média geral da região de 48,1%, o dobro da média do Ceará e três vezes a média do Brasil (PNUD, 2013).

Tabela 1

Distribuição da população das cidades da região do Maciço - 2010

	População total	População rural	População urbana	% população rural
Acarape	15.338	7.356	7.982	48,0%
Aracoiaba	25.391	11.654	13.737	45,9%
Aratuba	11.529	7.760	3.769	67,3%
Barreira	19.573	11.446	8.127	58,5%
Baturité	33.321	8.884	24.437	26,7%
Capistrano	17.062	10.850	6.212	63,6%
Caridade	20.020	8.497	11.523	42,4%
Guaiuba	24.091	5.214	18.877	21,6%
Guaramiranga	4.164	1.669	2.495	40,1%
Itapiúna	18.626	9.807	8.819	52,7%
Mulungu	11.485	7.287	4.198	63,4%
Ocara	24.007	16.402	7.605	68,3%
Pacoti	11.607	6.862	4.745	59,1%
Palmácia	12.005	7.048	4.957	58,7%
Redenção	26.415	11.281	15.134	42,7%
Total	274.634	132.017	142.617	48,1%

Fonte: IPECE, 2012

Na região, quatro municípios – Aratuba, Capistrano, Mulungu e Ocara – apresentam taxas de urbanização abaixo de 40% que significa um espalhamento da população pelo território, gerando grandes dificuldades de implementação das políticas públicas.

A taxa de urbanização é um indicador muito importante para o planejamento da oferta e atendimento dos serviços públicos, especialmente educação, uma vez que a distribuição das famílias nas zonas rurais implica um esforço muito maior para o acesso das crianças à escola, demandando transporte escolar e, via de regra, levando à existência de pequenas unidades escolares, sem infraestrutura básica mínima, com classes com número pequeno de alunos e um grande número de professores, fato que impacta de forma aguda o financiamento da educação no município.

O cálculo do percentual de população rural é feito dividindo a População rural pela População total e multiplicando o resultado por 100. A fórmula é a seguinte:

$$\% \text{ Pop. Rural} = \frac{\text{Pop. rural} \times 100}{\text{Pop. total}}$$



Para refletir

1. Considerando a capilaridade da população em extensos territórios e localidades na zona rural, de que forma os gestores públicos procuram assegurar os serviços essenciais básicos como água, luz, saneamento e saúde a essa população?
2. Que medidas devem ser implementadas para a garantia do direito à educação a toda a população do município?

A Tabela 2 apresenta dados relativos aos percentuais de ocupação da população, por setor produtivo em cada um dos municípios do Maciço, Ceará e Brasil, no ano de 2010.

Tabela 2

Ocupação por setor produtivo nos municípios do Maciço, Brasil e Ceará 2010

	% dos ocupados no setor agropecuário - 18 anos ou mais	% dos ocupados na indústria de transformação - 18 anos ou mais	% dos ocupados no setor de construção - 18 anos ou mais	% dos ocupados no setor comércio - 18 anos ou mais	% dos ocupados no setor serviços - 18 anos ou mais
Brasil	13,55	11,92	7,4	15,38	44,29
Ceará	19,59	12,76	6,62	16,15	39,18
Acarape	21,18	24,84	7,33	6,7	32,46
Aracoiaba	48,93	5,86	7,46	7,28	25,98
Aratuba	54,68	2,15	5,22	6,85	29,84
Barreira	31,38	18,69	5,42	12,13	30,64
Baturité	32,27	5,38	6,7	14,87	36,96
Capistrano	48,55	2,41	4,5	8,51	34,22
Caridade	32,63	7,85	10,29	9,53	36,77
Guaiuba	34,7	16,49	6,5	9,15	28,63
Guaramiranga	21,29	3,16	13,55	5,92	50,77
Itapiúna	52,94	2,49	5,26	9,36	27,82
Mulungu	47,22	2,91	5,69	5,9	35,06
Ocara	54,78	3,61	5,42	8,96	23,38
Pacoti	43,23	4,11	7,04	8,64	32,67
Palmácia	38,91	6,07	5,73	11,21	35,72
Redenção	34,32	7,78	7,44	13,68	32,96

Fonte: PNUD, 2013

O que se pode constatar é que apenas o município de Guaramiranga apresenta um percentual de pessoas ocupadas no setor de serviços maior que as médias do Ceará e Brasil. Já no que se refere ao setor agropecuário, todos os municípios apresentam percentuais de ocupação superiores ao Ceará e Brasil, o que valida as características rurais da população. No entanto, as atividades agropecuárias da região se atêm à escala de subsistência, o que não possibilita dinamizar a economia local. Outro aspecto relevante diz respeito à incipiente mecanização do setor, e à sujeição aos ciclos chuvosos da região.

Os percentuais de pessoas ocupadas nos setores de indústria de transformação, de construção e comércio são, na maioria dos municípios, inferiores as médias do Ceará e Brasil, o que evidencia a forte dependência da economia do setor agropecuário e do setor de serviços.

Considerando a situação econômica da região, estudos mostram que as maiores fontes de receitas se concentram nas transferências de rendas e do desenvolvimento de atividades do setor de serviços, sobre o qual falaremos em tópico posterior.

Para entender de onde vêm as receitas da Macrorregião, vamos fazer um exercício simples, procurando identificar as receitas próprias e as transferências financeiras de outros entes federados – União e Estado. Primeiro, vamos definir e classificar os tipos de receitas:

1. *Receitas próprias oriundas de impostos*: a competência de arrecadação é do município – Imposto Predial e Territorial Urbano/IPTU, Imposto sobre a Transmissão de Bens Intervivos/ITBI, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza/ISS e Dívida Ativa Tributária.
2. *Demais receitas próprias*: tarifas e taxas arrecadadas pelo município.
3. *Contribuição dos servidores* ao regime próprio de previdência.
4. *Transferências resultantes de impostos*, feitas: (i) pela União (Fundo de Participação dos Municípios/FPM; Imposto Territorial Rural/ITR); (ii) pelo Estado (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços/ICMS; Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores/IPVA; Imposto sobre Produtos Industrializados /IPI).
5. *Transferência para manutenção de Programas específicos*: Merenda Escolar, Complementação do Fundeb, Programa Dinheiro Direto na Escola/PDDE, dentre outros.
6. *Convênios*: transferências de recursos captados pelo município junto à União ou ao Estado objetivando a implementação de políticas de interesse comum aos celebrantes do pacto.

Uma pesquisa junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) permitiu o levantamento de dados agregados das receitas dos municípios do Maciço em 2012, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3

Origem das Receitas municipais no Maciço do Maturité – 2012

Origem da Receita	Valor em R\$	%
1. Receitas próprias oriundas de impostos	10.514.771,06	3,07
2. Demais receitas próprias	10.312.052,11	3,01
3. Receitas da contribuição ao regime próprio de previdência	12.353.026,53	3,60
4. Transferências resultantes de impostos	179.318.085,50	52,28
5. Transferências para a manutenção de programas	99.724.779,02	29,08
6. Transferências oriundas de convênios	30.754.797,46	8,97
Total	342.977.511,68	100

Fonte: Elaboração dos autores com suporte em dados disponíveis no sítio da STN



Para refletir

Analisando os dados, algumas indagações podem ser feitas:

- Por que as receitas próprias oriundas de impostos são tão pequenas, correspondendo a 3,07%?
- As transferências resultantes de impostos variam em função de quê?
- As transferências para manutenção de Programas específicos apresentam percentuais representativos no total de receitas. Pela sua experiência, essas transferências podem diminuir de um ano para outro?
- As transferências oriundas de convênios dependem basicamente de quê? Elas têm potencialidade para aumentar? De que forma? Em que segmentos?
- A partir dos dados apresentados, quais as possibilidades que você vislumbra para aumentar as receitas da Região e do seu município?

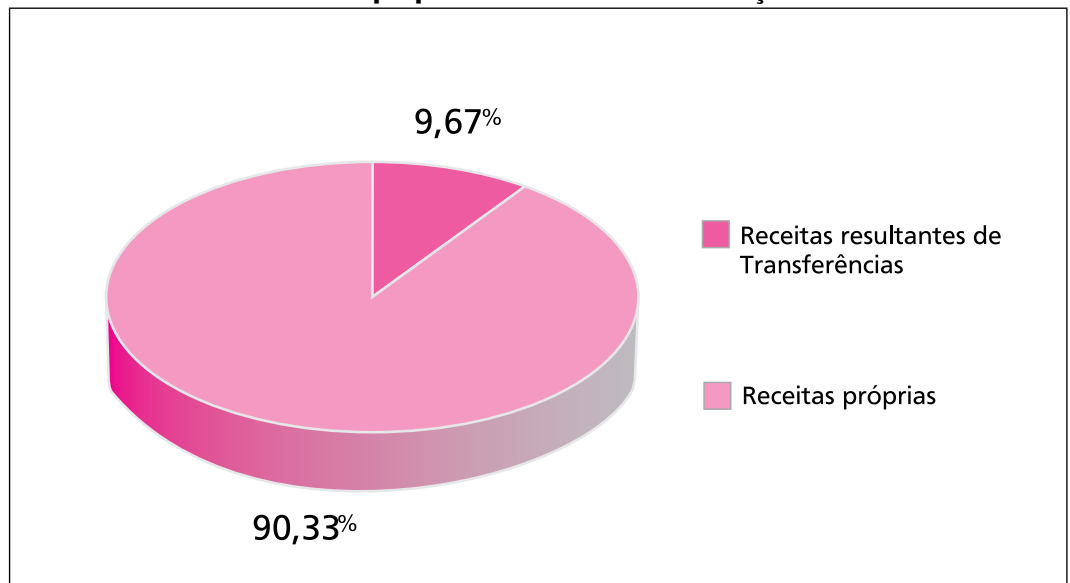
Se organizarmos a origem das receitas da Tabela 1 em duas categorias, temos:

- próprias (soma dos itens 1, 2 e 3); e
- obtidas por transferências (soma dos itens 4, 5 e 6).

O gráfico 1 mostra os valores correspondentes das duas categorias.

Gráfico 1

Percentuais de receitas próprias e transferidas no Maciço de Baturité 2012



Estes dados atestam a situação de pobreza da região e a forte dependência de recursos estatais (arrecadados e transferidos pelo Estado e a União). Essa dependência já foi identificada em décadas anteriores (CEARÁ, 2001) e se mantém em toda região, assim como a incapacidade de reversão deste quadro por meio de políticas estaduais com foco no desenvolvimento regional.



Saiba mais

No início dos anos 2000, mais especificamente em 2002, a Associação dos Municípios do Maciço do Maturité (AMAB) elaborou, de forma democrática e participativa, o Plano de Desenvolvimento Regional do Maciço de Baturité, uma proposta estratégica que, com base em detalhado diagnóstico das características socioambientais e considerando as potencialidades e limites de cada município, indicou áreas e projetos estruturantes para o seu avanço.

Mas este Plano, o primeiro do Ceará, não foi executado. Para tanto contribuiu, dentre outros fatores, a descontinuidade administrativa – prática comum em todo o País, que impede que um dado planejamento tenha sequência em outros governos. Assim, apesar dos esforços despendidos e do grande volume de recursos aportados nos últimos anos, o cenário de desenvolvimento do Maciço permanece o mesmo de décadas atrás, com pequenas alterações.

Outro indicador que chama a atenção se refere à renda *per capita* dos habitantes da região, como mostra a Tabela 4. Todos os municípios da região apresentam IDHM Renda inferiores às médias do Ceará e Brasil, sendo Guaramiranga, a melhor e Ocara, a pior (0,576 x 0,524).

Tabela 4

IDHM Renda e Renda per capita por município do Maciço, Brasil e Ceará - 2010

	IDHM Renda	Renda per capita	% em relação a renda per capita do Brasil	% em relação a renda per capita do Ceará
Brasil	0,739	793,87		
Ceará	0,651	460,63	58,0%	
Acarape	0,559	259,03	32,6%	56,2%
Aracoiaba	0,550	245,24	30,9%	53,2%
Aratuba	0,530	215,94	27,2%	46,9%
Barreira	0,551	246,69	31,1%	53,6%
Baturité	0,574	284,88	35,9%	61,8%
Capistrano	0,527	211,95	26,7%	46,0%
Caridade	0,528	213,18	26,9%	46,3%
Guaiuba	0,546	239,69	30,2%	52,0%
Guaramiranga	0,576	287,35	36,2%	62,4%
Itapiúna	0,525	209,53	26,4%	45,5%
Mulungu	0,551	246,35	31,0%	53,5%
Ocara	0,524	208,77	26,3%	45,3%
Pacoti	0,571	279,49	35,2%	60,7%
Palmácia	0,590	315,23	39,7%	68,4%
Redenção	0,567	273,08	34,4%	59,3%

O cálculo do percentual de renda per capita dos municípios em relação a renda per capita do Brasil, é feito da seguinte forma

$$\% = \frac{\text{Renda per capita do munic.} \times 100}{\text{Renda per capita do Brasil}}$$

O cálculo do percentual de renda per capita dos municípios em relação a renda per capita do Ceará, é feito da seguinte forma

$$\% = \frac{\text{Renda per capita do munic.} \times 100}{\text{Renda per capita do Ceará}}$$



Os dados mostram que enquanto a renda *per capita* do Estado do Ceará corresponde a 58% da brasileira (R\$ 460,63 x R\$ 793,87), nos municípios do Maciço, as médias não ultrapassam 40% da média do País. Quando se compara a renda *per capita* dos municípios da região com a renda *per capita* do Estado, observa-se que cinco dos municípios – Aratuba, Capistrano, Caridade, Itapiúna e Ocara – apresentam valores inferiores a metade do valor do Estado, revelando o grau de pobreza da região como um todo e desses municípios em particular, como veremos na Tabela 5 a seguir.

Tabela 5

Situação de pobreza e Renda per capita dos municípios do Maciço, Brasil e Ceará – 2010

	% de extremamente pobres	% de pobres	% de vulneráveis à pobreza	Renda per capita média dos extremamente pobres	Renda per capita média dos pobres	Renda per capita média dos vulneráveis à pobreza
Brasil	6,6	15,2	32,6	31,66	75,19	142,72
Ceará	14,7	30,3	54,9	34,39	72,00	128,56
Acarape	12,3	32,9	66,3	42,00	81,99	141,63
Aracoiaba	23,0	42,7	68,6	33,08	65,49	115,09
Aratuba	25,7	46,4	73,0	34,99	64,90	116,38
Barreira	21,2	41,4	69,4	35,05	70,37	119,46
Baturité	14,4	34,4	62,3	36,16	76,59	129,92
Capistrano	33,0	52,8	75,7	29,45	56,71	99,64
Caridade	26,6	47,1	72,9	32,37	64,88	109,40
Guaiuba	17,7	40,5	69,6	34,00	74,94	124,62
Guaramiranga	9,4	35,5	64,6	40,76	92,48	140,37
Itapiúna	26,7	46,4	72,5	32,81	62,61	108,30
Mulungu	25,3	47,6	71,1	35,73	67,32	110,34
Ocara	32,1	50,0	74,2	31,33	58,72	104,76
Pacoti	17,0	38,0	64,8	39,47	73,88	124,43
Palmácia	24,5	45,9	72,2	34,11	69,67	115,85
Redenção	20,0	38,3	62,9	37,29	70,16	118,10

Fonte: PNUD, 2013

Nos municípios da região do Maciço os percentuais dos extremamente pobres, dos pobres e dos vulneráveis à pobreza são maiores que as médias do Brasil e do Ceará, exceção feita aos extremamente pobres dos municípios de Baturité, Acarape e Guaramiranga, que apresentam média menor do que a do Estado. Esses dados impactam na população escolar, à medida que, como veremos na Tabela 6, se relacionam com a escolaridade da família e a frequência à escola.

Outras variáveis que podem ajudar a elucidar o cenário que estamos interessados em compreender, se referem à vulnerabilidade das crianças dessas famílias, cuja grande maioria encontra-se em situação econômica de vulnerabilidade à pobreza, como mostrou a Tabela 5.

Os dados da Tabela 6 procuram complementar o entendimento da situação anteriormente descrita, senão vejamos.

Tabela 6

Vulnerabilidade das crianças dos municípios do Maciço, Brasil e Ceará – 2010

	Mortalidade infantil	% de crianças extremamente pobres	% de crianças em domicílios em que ninguém tem fundamental completo	% de crianças de 4 a 5 anos fora da escola	% de crianças de 6 a 14 anos fora da escola
Brasil	16,7	11,47	30,39	19,9	3,31
Ceará	19,3	22,38	33,99	7,76	3,11
Acarape	34,4	18,06	28,90	4,35	3,16
Aracoiaba	24,8	34,10	37,99	5,90	3,52
Aratuba	22,3	34,64	39,37	1,28	2,98
Barreira	22,9	29,91	42,84	6,52	2,19
Baturité	25,9	21,81	37,99	7,44	4,14
Capistrano	30,2	46,26	34,36	4,32	3,73
Caridade	21,6	35,81	50,05	11,52	2,71
Guaiuba	23,4	24,14	38,01	4,22	5,81
Guaramiranga	29,1	14,28	33,57	3,98	2,42
Itapiúna	22,3	37,37	40,27	7,59	4,72
Mulungu	24,8	35,32	37,86	3,26	3,08
Ocara	22,9	44,25	41,22	16,59	1,78
Palmácia	27,9	37,25	41,05	8,43	8,32
Pacoti	22,5	26,53	33,49	0,00	3,48
Redenção	26,5	29,25	37,45	7,38	1,88

Fonte: PNUD, 2013

No que tange à **taxa de mortalidade infantil**, todos os municípios da região do Maciço apresentam indicadores maiores que as médias do Estado e do País, ou seja, nessa região morrem mais crianças a cada mil nascidas vivas do que no Ceará (19,3) e no Brasil (16,7).

Quando falamos de percentual de crianças extremamente pobres, se observa que em todos os municípios os valores são superiores à média do Brasil (11,47%), sendo que em 9 municípios, os valores chegam ao triplo do valor do País. Tomando como referência a média do Ceará (22,38%), que é o dobro da média do Brasil, apenas os municípios de Baturité, Acarape e Guaramiranga apresentam resultados inferiores.

Os municípios de Capistrano e Ocara são os que apresentam situação mais crítica, com 46,26% e 44,25% de crianças extremamente pobres. Importante lembrar que esses municípios apresentam taxas de urbanização de 36,4% e 31,7%, respectivamente.

Outra variável importante apresentada nesta Tabela 6 diz respeito ao percentual de crianças em domicílios em que ninguém possui ensino fundamental completo. Apenas o município de Acarape (28,9%) apresenta um valor menor do que o Brasil (30,39%) e Ceará (33,99%), e Guaramiranga (33,57%) e Pacoti (33,49%)

Segundo o IBGE, a taxa de mortalidade infantil é definida como a frequência com que ocorrem os óbitos infantis (menores de um ano) em uma população, em relação ao número de nascidos vivos em determinado ano civil. Expressa-se para cada mil crianças nascidas vivas. (<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>)



Dos estudos que evidenciam a mobilidade intergeracional de educação (influência da escolaridade dos pais na educação dos filhos), merece destaque o de Ferreira e Veloso. Este e outros estudos apontam que a escolaridade dos pais é o fator de maior importância na determinação do desempenho educacional dos filhos. Segundo Barros (et al) a cada ano a mais de escolaridade dos pais a escolaridade dos filhos será elevada entre 0,25 e 0,27 ano de estudo.

menor que o Ceará. Os demais municípios possuem valores superiores ao Brasil e Ceará com Caridade chegando a 50% dos domicílios nessa situação. Essa informação é de grande relevância para o estudo da política educacional, uma vez que é sabido por **estudos e pesquisas já realizadas**, que a escolaridade dos pais tem forte impacto sobre a vida escolar dos filhos.

As outras duas variáveis que compõem a tabela mostram os percentuais de crianças de 4 a 5 anos e de 6 a 14 anos fora da escola. A primeira variável se refere ao acesso à educação infantil e observa-se que os municípios do Maciço apresentam valores inferiores à média do Brasil (19,9%) e apenas Ocara, Caridade e Palmácia possuem valores superiores à média do Ceará (7,76%). Tal fato é revelador de avanços no acesso a esta etapa da educação básica, certamente decorrente da criação do Fundeb e evidencia que as políticas educacionais nos municípios têm priorizado o atendimento a pré-escola.

O segundo se refere ao acesso ao ensino fundamental e nesse caso, oito municípios – Palmácia, Guaiuba, Itapiúna, Baturité, Capistrano, Aracoiaba, Pacoti e Acarape – apresentam valores superiores à média do Ceará (3,11%), sendo que Palmácia e Guaiuba possuem 8,32% e 5,81% respectivamente de crianças nessa faixa etária fora da escola. Os dados são preocupantes pois revelam que um número representativo de crianças na faixa de 6 a 14 anos encontram-se sem acesso à escola. Esse fato teria alguma relação com a taxa de urbanização da população? Ou com as condições de pobreza?



Para refletir

1. Quantas crianças estão fora da escola, na educação infantil e/ou no ensino fundamental, no seu município?
2. É possível a administração local descobrir quem são elas, e onde estão?
3. Quais providências precisam ser adotadas para a superação dessa situação de exclusão escolar?

Dando continuidade ao tema da vulnerabilidade das crianças nos municípios do Maciço de Baturité, vamos analisar alguns aspectos relacionados ao Programa Bolsa Família (PBF), especialmente no que tange às variáveis relacionadas à educação, uma das condicionalidades estabelecidas pelo programa.

3. O Programa Bolsa Família e a oferta educacional no Maciço de Baturité

Os dados apresentados mostram que, economicamente, a Macrorregião vive uma situação de estagnação, em virtude de sua baixa capacidade de gerar riqueza, como mostra os dados da Tabela 2. Isso faz com que ela dependa, quase que exclusivamente de transferências financeiras da União e do Estado.

A capacidade de gerar empregos para sua população é muito reduzida, em virtude de sua matriz econômica, que embora possuindo ramificações nos setores primário (agropecuária) e secundário (indústria), são incipientes do ponto de vista de geração de riqueza, pelos motivos já citados no tópico 1.



A fonte de emprego mais substantiva dos municípios é o setor de serviços, mais especificamente, os serviços demandados da Prefeitura municipal que, via de regra, é o maior empregador de cada município e da Região como um todo.

Além dos recursos financeiros que são aportados no poder público, nos últimos anos a Região tem recebido uma quantidade expressiva de recursos financeiros advindos dos programas compensatórios que vêm se mostrando fundamentais para a economia local.



Saiba mais

A Constituição brasileira estabelece como um dos objetivos da nossa República, a construção de uma sociedade livre, justa e democrática, dentre outros, a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais, e ainda, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação.

Visando minimizar essas desigualdades, o poder público concebeu um conjunto de programas compensatórios, que têm como valor fundante a solidariedade, indispensável em sociedades desiguais. Eles procuram aumentar o bem-estar comum, permitindo mitigar os efeitos da pobreza e destinam-se a uma clientela específica, os pobres, sendo uma discriminação positiva, em caráter complementar e residual, e com duração limitada.

São exemplos de programas compensatórios presentes no Maciço de Baturité, além do Programa Bolsa Família, e no âmbito do sistema educacional:

- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
- Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem)
- Programa Mais Educação
- Programa Escola Aberta
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Como forma de melhor compreender o alcance desses recursos, vamos analisar o maior deles – o Programa Bolsa Família (PBF).

O PBF é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. Ele integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos (<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>).

A concepção do PBF se baseia em

três eixos principais focados na transferência de renda, condicionalidades e ações e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. (<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>)



A Tabela 7 mostra o quantitativo de pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) por município, na região do Maciço, tomando como referência, o mês de maio de 2013.

O cálculo desta variável é feito da seguinte forma:

$$\% = \frac{\text{Pessoas cadastradas no PBF} \times 100}{\text{População em 2010}}$$

Tabela 7

Total de pessoas cadastradas no Programa Bolsa Família (PBF) em relação à população total por município – maio 2013

Município	População 2010	Pessoas Cadastradas no PBF ²	Estimativa % população beneficiária do PBF
Guaramiranga	4.164	5.378	129,2%
Capistrano	17.062	15.850	92,9%
Aratuba	11.529	11.040	95,8%
Aracoiaba	25.391	21.663	85,3%
Baturité	33.321	26.777	80,4%
Mulungu	11.485	9.043	78,7%
Itapiúna	18.626	15.967	85,7%
Ocara	24.007	18.997	79,1%
Guaiuba	24.091	19.283	80,0%
Pacoti	11.607	9.268	79,8%
Palmácia	12.005	8.654	72,1%
Caridade	20.020	14.856	74,2%
Redenção	26.415	19.958	75,6%
Barreira	19.573	15.155	77,4%
Acarape	15.338	10.373	67,6%
Total	274.634	222.262	80,9%

Fonte: Elaboração dos autores com suporte em dados disponíveis no sítio do MDS

Os dados mostram municípios em que o total de pessoas cadastradas no PBF ultrapassa a população, como é o caso de Guaramiranga, com 29,2% a mais de pessoas cadastradas. Mostra também que apenas 3 municípios – Palmácia, Caridade e Acarape – possuem menos de 75% das pessoas cadastradas no PBF.

Considerando a Região, a média é de 80,9% da população, correspondendo a 222.262 habitantes que são cadastrados nesse programa compensatório, superior a do Estado do Ceará, que é de 62,1% tomando como referência a população de 2010. Os dados do PBF na região do Maciço mostram a importância deste tipo de programa para a população e, como veremos a seguir, para a educação.



Para refletir

- Observando os dados apresentados sobre a população beneficiária do PBF, analise:
- Qual o volume de recursos do PBF que circula mensalmente no seu município? Estes valores são significativos para a economia local?
 - As crianças beneficiárias do PBF têm pais que foram também beneficiários do Programa?

A Tabela 8 mostra o percentual de crianças do ensino fundamental cadastradas no PBF em relação à matrícula total deste nível de ensino na região, ano 2012.

Tabela 8

– Crianças do ensino fundamental cadastradas no PBF em relação à matrícula total nesse nível de ensino no Maciço do Maturité – 2012

Município	Matrícula no EF 2012	Total de beneficiários com perfil de educação (6 a 15 anos) ³ em maio de 2013	% de crianças do EF com PBF
Acarape	2.111	1.780	84,3%
Aracoiaba	4.389	3.717	84,7%
Aratuba	2.508	2.139	85,3%
Barreira	3.659	2.932	80,1%
Baturité	5.922	4.906	82,8%
Capistrano	2.914	2.730	93,7%
Caridade	3.262	2.765	84,8%
Guaiuba	3.944	3.616	91,7%
Guaramiranga	1.098	765	69,7%
Itapiúna	3.101	2.769	89,3%
Mulungu	1.615	1.528	94,6%
Ocara	4.110	3.404	82,8%
Pacoti	2.117	1.599	75,5%
Palmácia	1.675	1.506	89,9%
Redenção	4.721	3.747	79,4%
Total	47.146	39.903	84,6%
Ceará	1.376.276	1.048.296	76,2%

Fonte: Elaboração dos autores com suporte em dados disponíveis nos sítios do MDS e INEP.

Os dados mostram que a média de crianças de 6 a 15 anos beneficiárias do PBF no Maciço de Baturité é 84,6%, portanto 11,1% maior que a média do Estado. Três municípios, – Mulungu, Capistrano e Guaiuba –, apresentam percentuais maiores que 90% (94,6%, 93,7% e 91,7%, respectivamente). Esses dados confirmam, mais uma vez, a situação de vulnerabilidade social da população da Região, uma vez que os beneficiários são aqueles que apresentam renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70,00 mensais.

Se considerarmos apenas a matrícula pública do Ensino Fundamental, conforme Tabela 9, a situação se altera de forma significativa.

O cálculo desta variável segue a fórmula:
% = Total de beneficiários com perfil de educação dividido pela Matrícula no EF em 2012.

3. Segundo o Relatório de Informações Sociais, o total de beneficiários com perfil educação (6 a 15 anos) representa todas as crianças e/ou adolescentes de famílias beneficiárias do PBF que têm idade entre 6 e 15 anos e que devem ter a condicionalidade de educação acompanhada. O acompanhamento das condicionalidades de educação ocorre bimestralmente, de acordo com calendário operacional determinado: 1º período: fevereiro/ março 2º período: abril/ maio 3º período: junho/ julho 4º período: agosto/ setembro 5º período: outubro/novembro.

Crianças do ensino fundamental cadastradas no PBF em relação à matrícula da rede pública nesse nível de ensino no Maciço do Maturité – 2012

Município	Matrícula no EF 2012 Rede Pública	Total de beneficiários com perfil de educação (6 a 15 anos) em maio de 2013	% de crianças do EF público com PBF
Acarape	1.889	1.780	94,2%
Aracoiaba	4.133	3.717	89,9%
Aratuba	2.508	2.139	85,3%
Barreira	3.412	2.932	85,9%
Baturité	4.627	4.906	106,0%
Capistrano	2.740	2.730	99,6%
Caridade	3.060	2.765	90,4%
Guaiuba	3.736	3.616	96,8%
Guaramiranga	965	765	79,3%
Itapiúna	2.853	2.769	97,1%
Mulungu	1.441	1.528	106,0%
Ocara	4.018	3.404	84,7%
Pacoti	1.663	1.599	96,2%
Palmácia	1.548	1.506	97,3%
Redenção	4.231	3.747	88,6%
Total	42.824	39.903	93,2%
Ceará	1.118.032	1.048.296	93,8%

Observa-se que em dois municípios – Baturité e Mulungu – o total de alunos contemplados com o PBF ultrapassa a matrícula total da rede pública do ensino fundamental. Aqui cabe questionar: quem são os beneficiados dessa política que ultrapassa as matrículas públicas deste nível de ensino? Estão nas escolas da rede privada? Estarão ainda na educação infantil, apesar da idade? Em que medida são cumpridas as condicionalidades do Programa?

A análise de indicadores da realidade social, demográfica e econômica do Maciço do Maturité denota a permanência de uma situação de dependência acentuada de transferências de recursos financeiros dos entes federados – Estado e União. As condições econômicas da população causam preocupações, uma vez que é recorrente a ausência de empregos formais, a renda *per capita* nos domicílios muito baixa, e uma acentuada dependência de programas de transferência de renda.

Esta situação também pode ser observada nos governos municipais: poucos recursos próprios e total dependência de receitas arrecadadas por outras esferas, além de funcionar como um significativo gerador de empregos formais no setor de serviços.

No intuito de aprofundar a análise da situação educacional da Região, o próximo tópico é dedicado ao financiamento da educação.

4. Financiamento da Política Educacional no Maciço de Baturité

Na opinião de Vieira (2008), “o financiamento é um dos fatores determinantes para a operacionalização da política e da gestão da educação” (p. 51). A compreen-

4. O Art. 212 da CF 88 estabelece que no mínimo 25% das receitas resultantes de impostos dos municípios serão aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino.

são, portanto, sobre a política educacional e alguns de seus programas nos diversos municípios do Maciço do Maturité, passa pela análise das receitas e despesas públicas em educação na região, bem como dos mecanismos para sua aplicação.

A procedência dessa discussão se fundamenta, ainda, no fato de que os recursos destinados à educação dos municípios são proporcionalmente maiores que os destinados a outras políticas públicas por dispositivo constitucional⁴.

A Tabela 10 mostra seis indicadores de gasto em educação, obtidos junto ao SIOPE, relativos ao exercício financeiro de 2011. A seguir, analisaremos em detalhe cada um deles.

O primeiro, relativo aos investimentos em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), mostra que em 2011 todos os municípios investiram acima do valor mínimo estabelecido constitucionalmente, de 25%. A maioria deles, no entanto, situa-se no limite próximo a este piso; apenas dois municípios superaram os 30% – Aratuba e Barreira.

O Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), é um mecanismo de controle social dos gastos na manutenção e desenvolvimento do ensino. O SIOPE tem caráter declaratório, atribuindo-se ao declarante a responsabilidade pela informação.

Tabela 10

Indicadores de gastos educacionais por município do Maciço de Baturité – 2011

	Indicadores					
	% de aplicação em MDE	% do Fundeb para remunerar os profissionais do magistério	Gasto por aluno da educação infantil	Gasto por aluno do ensino fundamental	Gasto por aluno da EJA	Despesas com não docentes da área educacional por aluno
Acarape	26,13 %	60,39 %	2.817,14	2.884,66	1.400,00	210,36
Aracoiaaba	25,47 %	60,50 %	3.296,68	2.742,38	1.782,22	0,00
Aratuba	32,90 %	61,36 %	2.180,98	3.462,59	1.691,33	684,57
Barreira	32,90 %	61,36 %	2.180,98	3.462,59	1.691,33	684,57
Baturité	29,05 %	63,41 %	2.047,68	2.928,85	3.289,90	440,22
Capistrano	25,28 %	61,31 %	1.849,59	4.077,51	2.066,46	159,55
Caridade	25,21 %	60,93 %	1.679,44	3.077,14	1.406,56	315,23
Guaiuba	28,33 %	63,26 %	1.699,43	3.037,40	1.419,47	574,30
Guaramiranga	28,96 %	61,37 %	3.105,92	2.797,54	0,00	669,51
Itapiúna	26,25 %	66,28 %	2.740,80	2.778,15	2.930,66	0,00
Mulungu	26,25 %	60,83 %	2.057,44	3.085,31	1.535,34	482,27
Ocara	25,28 %	69,43 %	3.589,37	2.678,81	9.601,11	58,10
Pacoti	25,39 %	61,06 %	5.315,11	2.305,11	9.099,76	0,00
Palmácia	28,28 %	64,34 %	1.909,37	3.163,23	1.469,18	549,88
Redenção	25,98 %	60,99 %	1.950,07	2.799,97	1.586,66	405,42

Fonte: Elaboração dos autores com suporte em dados disponíveis no sítio do FNDE/SIOPE.

O segundo indicador trata dos recursos do Fundeb destinados à remuneração dos profissionais do magistério, em que o artigo 2º inciso XII da Emenda Constitucional nº 53/2006 estabelece o mínimo de 60% para este fim. Novamente, todos os municípios situam-se na faixa de 60% a 70% de recursos provenientes do Fundeb para remunerar os professores.



Três municípios se destacam – Itapiúna, Ocara e Palmácia – que gastaram 66,28%, 69,43% e 64,34% respectivamente.



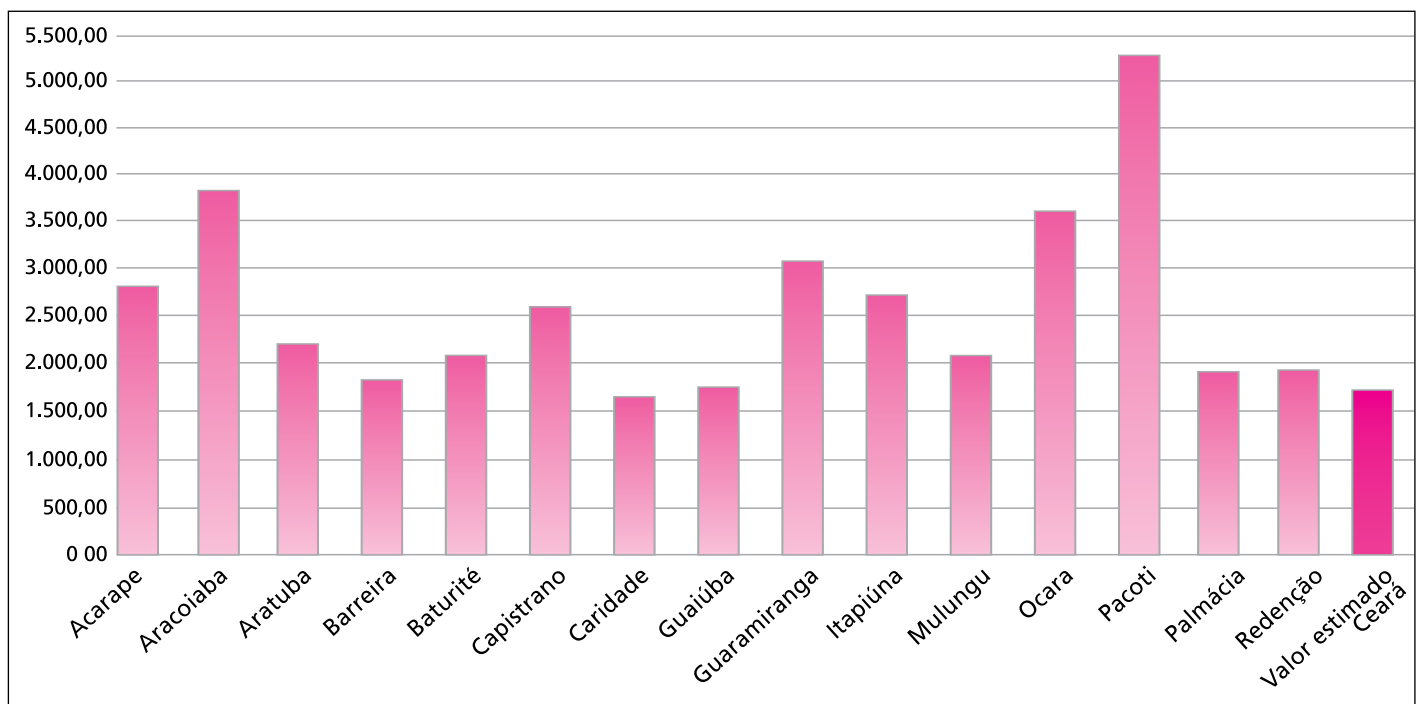
Para refletir

1. Observando a tabela 10, qual o município gastou maior percentual do Fundeb para remunerar os profissionais do magistério?
2. Esses recursos podem representar duas alternativas: a) os salários dos docentes são maiores que a média da região ou b) o número de professores é maior que o desejado em função da matrícula existente. É importante lembrar que o município de Ocara é o maior em termos territoriais da região (765,4 km²), o que pode implicar a necessidade de significativo número de escolas rurais, com número reduzido de alunos por turma.
3. No entanto, o segundo maior município em área territorial é Aracoiaba com 656,5 km² e nesse caso, o percentual do Fundeb para remunerar os professores ficou próximo de 60%. Como explicar isso?

Considerando que em 2011 o Fundeb já estava implantado em sua totalidade, o gasto municipal por aluno da Educação Infantil (EI) apresenta variações significativas entre os municípios, como é possível perceber no Gráfico 2.

Gráfico 2

Gasto educacional por aluno da educação infantil por município – 2011



Fonte: SIOPE, 2013

Este valor foi estipulado pela Portaria Interministerial do Fundeb para a pré-escola parcial Ceará em 2011.

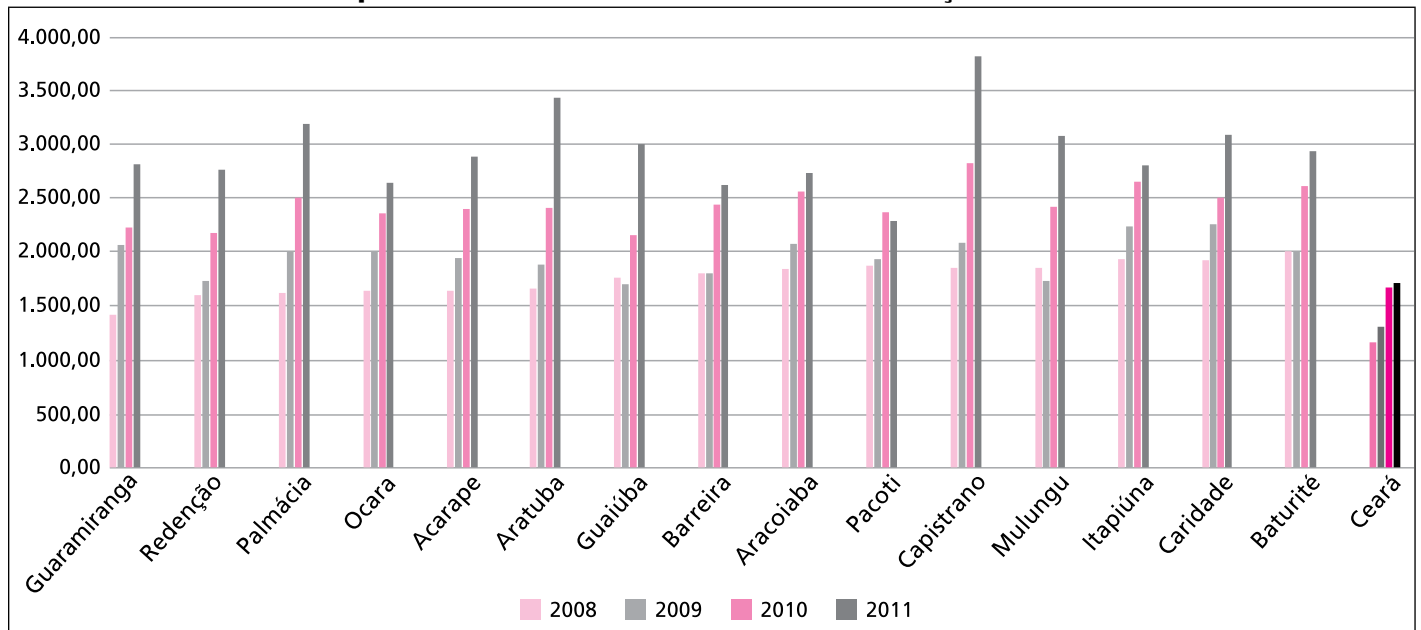
Chama a atenção que na maioria de municípios (treze ao todo) o gasto por aluno é superior valor-aluno estabelecido por lei para o ano de 2011, que é de **R\$ 1.729,28**. Desses, seis municípios apresentam valores 50% superior ao estabelecido pela Portaria Interministerial, sendo que Ocara e Pacoti gastam o dobro

e o triplo deste valor. A partir dessas constatações, algumas considerações merecem ser feitas. Mas antes vamos analisar os gastos educacionais com o ensino fundamental, das respectivas redes municipais.

O gráfico 3 apresenta o gasto por aluno do Ensino Fundamental (EF) no período 2008 – 2011 e revela que nos anos recentes houve tendência de ampliação de investimento por aluno. Chama a atenção que no Maciço o investimento no EF esteve bastante acima do custo-aluno estabelecido por lei, de R\$ 1.729,28 em 2011. O maior valor investido foi R\$ 3.872,75 em Capistrano, superando em 123,9% o valor de referência, seguido de Aratuba, que chegou a gastar o dobro do valor estabelecido.

Gráfico 3

Gasto educacional por aluno do ensino fundamental no Maciço do Maturité: 2008 - 2011⁵



Fonte:

Quando se analisa a série histórica 2008 – 2011 dos municípios, em relação aos valores de referência estabelecidos pelas Portarias Interministeriais para o Ceará, percebe-se que todos os municípios, em todos os anos, tiveram gastos com alunos do ensino fundamental superiores aos valores de referência. Nesse caso, caberia indagar de onde vem o recurso adicional para tal despesa, considerando que as receitas próprias são incipientes e os recursos obtidos por meio de convênios também são baixos.

Considerando que a Lei do Fundeb, estabelece no Art. 21, §1º que

Os recursos poderão ser aplicados pelos Estados e Municípios indistintamente entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica nos seus respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal.

Caberia indagar se, na verdade, os municípios estão administrando os recursos do Fundo de modo a beneficiar a educação infantil e o ensino fundamental, em detrimento do atendimento a EJA.

5. Os municípios de Caridade e de Baturité não apresentam valores no exercício de 2011, pois no momento da consulta ao SIOPE ainda não haviam inserido as informações no sistema.



Os anos recentes permitiram um crescimento expressivo dos recursos para a educação na Região mas, a análise sobre sua aplicação nos diversos níveis de ensino indica problemas quanto ao cumprimento de valores mínimos de custo-aluno estabelecidos por lei e suscitam questionamentos quanto à veracidade de algumas informações oficiais.

Apontam para a necessidade de políticas de aumento de investimentos e de estabelecimento de indicadores estarem apoiadas em mecanismos de planejamento, acompanhamento quanto à sua evolução, e de avaliação de resultados por parte dos órgãos de controle. Estas ações, feitas junto aos municípios, talvez conferissem maior eficácia aos recursos empregados – seja da perspectiva de superação da pobreza da população, seja do impacto no ensino, como veremos a seguir.



Para refletir

1. O seu município possui Plano Municipal de Educação? Nele estão estabelecidos objetivos e metas para os níveis e modalidades de ensino ofertado? Há iniciativas visando à valorização do magistério?

5. Indicadores Educacionais: a busca pela qualidade

Este tópico é dedicado a analisar alguns indicadores educacionais que estão direta ou indiretamente associados à busca pela qualidade da educação. O que veremos a seguir são dados que procuram mostrar o comportamento desses indicadores ao longo do tempo, tentando perceber se houve evolução ou queda dos mesmos e que “retrato” é possível construir da educação da Região.

Na Tabela 11 observa-se a taxa de **analfabetismo funcional**. A despeito do aumento da população nesta faixa etária (média 25,8%), em uma década registra-se, no Maciço, decréscimo médio de 34,86% para 25,79% neste indicador (IPECE, 2012). Embora este seja um avanço importante, merece destaque que 1/4 da população de 15 anos ou mais, que em grande parte saiu dos bancos escolares recentemente, não dispõe de competências para operações elementares em Matemática e Português.

Tabela 11

População residente e analfabetismo funcional de pessoas com 15 anos ou mais no Maciço do Maturité – 2000 – 2010

Município	População residente 15 anos ou mais		Taxa de analfabetismo funcional 15 anos ou mais (%)	
	2000	2010	2000	2010
Acarape	8.211	11.039	30,73	21,77
Aracoiaba	15.768	18.645	40,77	30,07
Aratuba	7.539	8.198	36,45	25,35
Barreira	11.012	14.222	33,99	27,46
Baturité	19.750	24.101	30,28	22,45
Capistrano	10.077	12.355	37,25	27,62

Para calcular o analfabetismo funcional, o IBGE utiliza o número de pessoas maiores de quinze anos de idade e com menos de quatro anos de estudo. Segundo a definição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - Unesco*), funcionalmente alfabetizada é a pessoa que pode participar de todas as atividades em que a alfabetização é necessária para o funcionamento efetivo do seu grupo e comunidade e também para lhe permitir continuar a utilizar a leitura, a escrita e o cálculo para seu próprio desenvolvimento e da comunidade.

Cont. Tabela 11

População residente e analfabetismo funcional de pessoas com 15 anos ou mais no Maciço do Maturité – 2000 – 2010

Município	População residente 15 anos ou mais		Taxa de analfabetismo funcional 15 anos ou mais (%)	
	2000	2010	2000	2010
Caridade	9.840	14.313	37,20	26,83
Guaiuba	12.592	17.329	33,46	23,07
Guaramiranga	3.600	3.021	31,36	17,87
Itapiúna	10.255	13.351	37,71	30,42
Mulungu	5.717	8.102	35,47	22,98
Ocara	13.842	17.641	40,51	30,07
Pacoti	6.968	8.350	33,73	20,36
Palmácia	6.347	8.788	33,75	24,09
Redenção	16.367	19.195	30,05	24,32

Fonte: Elaboração dos autores com suporte em dados disponíveis no sítio do IPECE

A questão do analfabetismo funcional tem ampla repercussão na economia, pois os avanços científicos e tecnológicos inerentes aos novos modos de produção exigem dos trabalhadores um amplo conjunto de competências e habilidades compatíveis com níveis de alfabetização mais complexos.

A Tabela 12 mostra a taxa de escolarização líquida, a distorção idade-série e a média de alunos por sala de aula entre 2000 – 2010.

Tabela 12

Taxas de escolarização líquida, distorção idade-série e a média de alunos por sala de aula nos municípios do Maciço do Maturité 2000 - 2010

Município	Ensino Fundamental				Alunos/salas de aula	
	Taxa de escolarização líquida (%)		Taxa de distorção idade/série (%)			
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Acarape	88,12	73,11	42,49	8,59	42,94	33,10
Aracoiaíba	100,00	92,81	46,66	6,75	50,82	35,17
Aratuba	100,00	100,00	50,03	4,01	50,21	41,68
Barreira	100,00	95,39	45,08	8,83	37,88	39,00
Baturité	98,41	93,45	45,11	7,54	51,17	37,06
Capistrano	98,28	92,20	50,06	5,85	36,38	32,96
Caridade	92,85	79,70	53,23	9,51	43,75	35,29
Guaiuba	94,09	80,24	60,56	6,83	54,52	41,45
Guaramiranga	100,00	100,00	43,79	4,84	40,71	34,26
Itapiúna	99,28	85,98	48,35	5,92	52,33	36,55
Mulungu	98,26	69,08	55,55	10,73	47,34	36,26
Ocara	96,94	89,53	53,33	10,50	41,37	36,38
Pacoti	95,55	94,01	52,69	6,75	47,67	31,01
Palmácia	100,00	76,65	44,22	5,29	52,40	37,24
Redenção	100,00	97,51	44,83	5,90	43,67	33,86

Fonte: Elaboração dos autores com suporte em dados disponíveis no sítio do IPECE



Os dados mostram notório esforço dos municípios, no período em estudo, para correção da distorção idade/série: a média da região, de 47,74% em 2000, caiu para 7,74% em 2010 (IPECE, 2012). Há resultados de queda neste indicador da ordem de 79,8% a 92,0%, que se reflete na taxa de escolarização líquida – municípios como Aratuba e Guaramiranga indicam a universalização do ensino fundamental na idade adequada.

No entanto, cabe notar que 13 municípios mostram decréscimo nas taxas de escolarização líquida, com variações de 1,6% a 29,7%. Este dado nos leva, mais uma vez, a indagar se o pleno atendimento às crianças de 6 a 14 anos de fato ocorre nestas localidades. No que respeita às condições de infraestrutura, o Maciço aponta média de 33,86 alunos por sala, sugerindo que as escolas disponíveis para oferta de ensino encontram-se lotadas, sinalizando a carência de espaço físico na Região.

O termo é proveniente da língua inglesa e não possui palavra de correspondência semelhante em português.

A prestação de contas, aqui, se refere ao processo pelo qual os sujeitos informam e/ou exigem informações acerca do uso dos recursos – financeiros, humanos, materiais, etc – para a obtenção de um determinado objetivo. A responsabilização está intimamente associada a esta condição, uma vez que ser responsável por um processo ou um resultado implica – sobretudo no setor público em uma sociedade democrática – ter que prestar contas dos resultados e do uso dos recursos aplicados.

6. A Prova Brasil é aplicada a cada biênio para as turmas de 5º e 9º anos do ensino fundamental.



Para refletir

1. Qual a taxa de escolarização líquida do ensino fundamental de seu município?
2. Existem alunos fora da escola? Quantos?
3. Que medidas precisam ser adotadas para corrigir a situação?

5.1. A criação do Ideb e o desafio de atingir metas

O Ministério da Educação criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) definido como “um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou SAEB) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar (aprovação)” (MEC/INEP. Disponível em: <<http://www.ideb.inep.gov.br>> Acesso em: 08 fev. 2008).

A expectativa é de que com o Ideb se instaure uma política de responsabilização e de prestação de contas dos sistemas e das escolas, o que na literatura internacional vem sendo denominado de *accountability*.

Dados sobre indicadores de rendimento (IR – taxa de aprovação) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), para o período 2005 – 2011 são apresentados na Tabela 13 e mostram avanços importantes. Vale lembrar que o IDEB é composto por três indicadores: (i) taxa de aprovação média nas séries/anos que compõem a etapa de ensino; (ii) resultados de desempenho de aprendizagem em Língua Portuguesa; (iii) resultados de desempenho de aprendizagem em Matemática (os dois últimos obtidos mediante a aplicação da Prova Brasil⁶).

Tabela 13

IDEB séries iniciais do EF e do Indicador de Rendimento no Maciço do Maturité: 2005 – 2011

Município	IR 2005	IR 2007	IR 2009	IR 2011	Evolução IR 2005-2011	IDEB 2005	IDEB 2007	IDEB 2009	IDEB 2011	Evolução IDEB 2005-2011	Evolução Matemática 2005-2011	Evolução Língua Portuguesa 2005-2011
Acarape	0,62	0,75	0,81	0,88	41,2%	2,6	3,0	3,1	4,1	57,7%	3,4%	9,3%
Aracoiaba	0,78	0,90	0,91	0,92	17,7%	2,7	3,3	3,6	3,9	44,4%	9,7%	15,8%
Aratuba	0,92	0,94	0,90	0,94	2,8%	3,2	4,1	3,9	5,1	59,4%	30,7%	36,2%
Barreira	0,76	0,80	0,84	0,90	19,2%	2,6	3,2	3,5	4,6	76,9%	27,9%	32,1%
Baturité	0,67	0,73	0,79	0,84	23,8%	2,5	3,0	3,5	4,3	72,0%	22,3%	27,3%
Capistrano	0,90	0,88	0,93	0,93	3,3%	3,3	3,2	3,4	4,0	21,2%	7,7%	11,3%
Caridade	0,73	0,69	0,77	0,91	24,6%	3,0	3,0	3,6	4,7	56,7%	17,0%	19,6%
Guaiuba	0,84	0,79	0,88	0,91	9,1%	2,8	2,7	3,8	4,3	53,6%	26,6%	24,7%
Guaramiranga	-	0,88	0,93	0,92	4,1%	-	3,6	4,5	4,6	28,0%	16,9%	14,3%
Itapiuna	0,83	0,85	0,87	0,91	10,0%	3,0	3,3	3,6	3,9	30,0%	10,1%	13,2%
Mulungu	0,67	0,83	0,89	0,92	38,6%	2,5	3,1	3,8	4,5	80,0%	17,5%	21,0%
Ocara	0,72	0,73	0,87	0,92	28,1%	2,8	2,7	3,6	4,6	64,3%	16,8%	22,2%
Pacoti	0,73	0,87	0,90	0,94	29,5%	3,1	3,5	3,7	-	19,4%	-5,5%	3,2%
Palmacia	0,88	0,85	0,92	0,94	6,3%	3,3	3,1	3,4	4,3	30,3%	11,2%	18,4%
Redenção	0,76	0,83	0,92	0,98	29,0%	3,2	3,3	4,3	4,7	46,9%	6,0%	13,3%

Fonte: Elaboração dos autores com suporte em dados disponíveis no sítio do INEP

Os dados apontam que a taxa de aprovação cresceu em todos os municípios no período 2005 – 2011, sendo que em sete, o indicador ficou acima de 20%. Vale destacar que nenhum dos municípios atingiu taxa de aprovação de 100%, revelando que seu IDEB ainda pode melhorar por conta deste indicador, com destaque para Acarape e Baturité, cujos valores estão abaixo de 90%. Todos os quinze municípios apresentaram crescimento no IDEB superior a evolução do indicador de rendimento, o que denota melhoria no desempenho da Prova Brasil em uma ou nas duas disciplinas. É o que se analisará a seguir.

A análise do IDEB no período 2005 – 2011 quanto à proficiência dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática a partir dos dados da Tabela 13, indica que, em geral, houve maior crescimento de desempenho em Língua Portuguesa. O município que apresentou menor crescimento nas duas disciplinas foi Acarape e o que apresentou maior crescimento foi Aratuba.

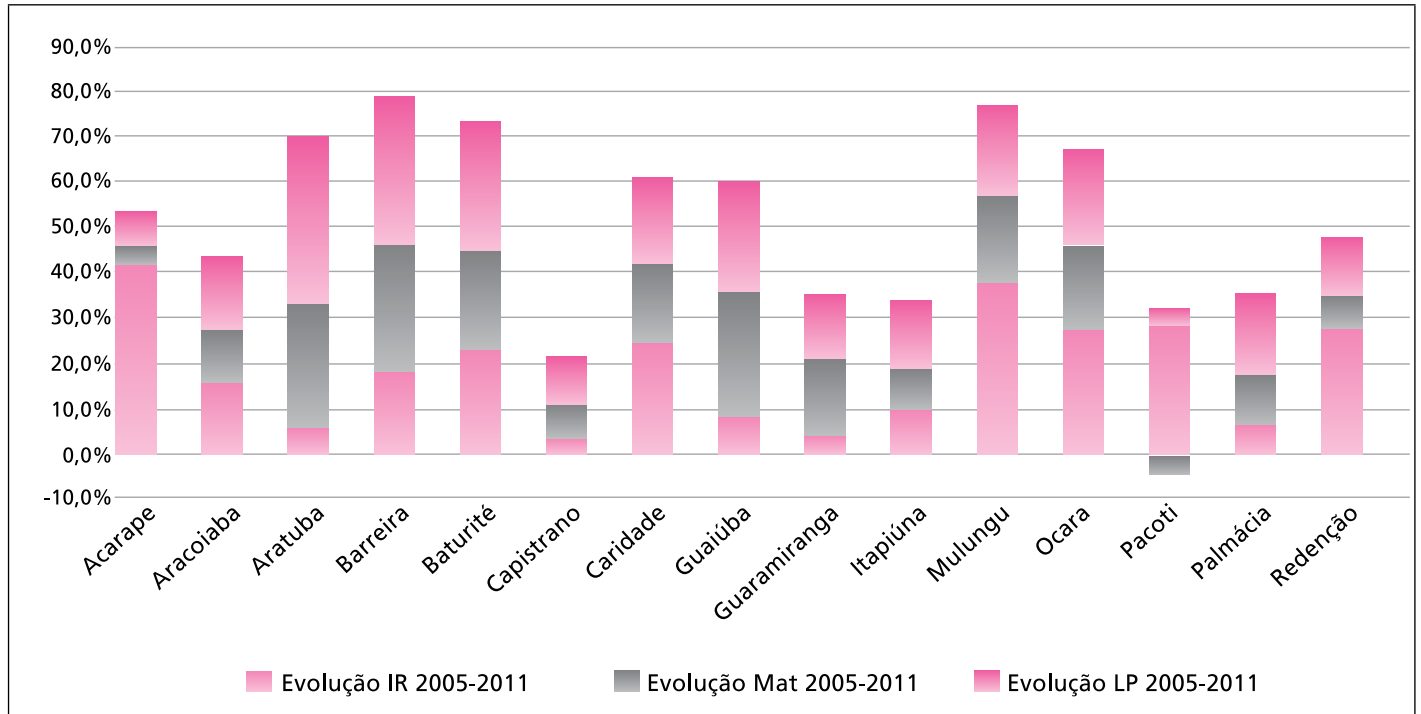
Este conjunto de dados permite refletir sobre quais condições contribuem para o sucesso da aprendizagem nos municípios do Maciço. Embora, no geral, os indicadores de rendimento analisados apontem avanços significativos, é fato que os resultados ainda são bastante tímidos se comparados aos obtidos em outras regiões do Estado e, também, se considerado o volume de investimentos realizados. O gráfico 4 permite visualizar o comportamento da evolução dos três indicadores e a contribuição de cada um deles para a melhoria do IDEB.

7. O município de Guaramiranga não possui IDEB 2005, assim o percentual de crescimento foi calculado em relação a 2007.

8. O município de Pacoti, embora apresente indicador de rendimento em 2011, não participou da Prova Brasil, por isso não possui IDEB 2011.



Evolução dos indicadores de rendimento e desempenho na Prova Brasil – séries iniciais do EF 2005 – 2011



Fonte:

É perceptível que em alguns municípios – Acarape, Mulungu, Pacoti e Redenção – a maior contribuição para a melhoria proveio da evolução da taxa de aprovação. Em outros municípios foi a composição das evoluções de desempenho nas disciplinas da Prova Brasil, a maior responsável pela melhoria do IDEB.

Para além de assegurar a permanência de crianças na escola por meio do PBF, exigem atenção gastos relacionados ao ambiente de aprendizagem, como infraestrutura e qualificação docente, importantes para promover e ampliar o potencial de aprendizagem.



Para refletir

1. Analise a evolução do IDEB de seu município no período 2005 – 2011 e identifique a que se deve o movimento:
 - a) Houve evolução nos indicadores de rendimento (aprovação, reprovação, evasão)? Em quanto por cento?
 - b) Houve evolução da aprendizagem em Matemática? Em quanto por cento?
 - c) Houve evolução da aprendizagem em Língua Portuguesa? Em quanto por cento?
 - d) Que medidas precisam ser adotadas para uma evolução permanente e mais efetiva desses resultados?

A Tabela 14 procura realizar a mesma análise para as séries finais do ensino fundamental.

Tabela 14

IDEB séries finais do EF e do Indicador de Rendimento no Maciço do Maturité: 2005 – 2011

Município	IR 2005	IR 2009	IR 2009	IR 2011	Evolução IR 2005-2011	IDEB 2005	IDEB 2007	IDEB 2009	IDEB 2011	Evolução 2005-2011	Evolução Matemática 2005-2011	Evolução Língua Portuguesa 2005-2011
Acarape	0,67	0,79	0,85	0,75	13,2%	2,6	3,3	3,5	2,9	11,5%	-3,6%	2,0%
Aracoiaba	0,75	0,89	0,87	0,87	15,8%	2,6	3,1	3,3	3,2	23,1%	1,0%	7,0%
Aratuba	0,75	0,86	0,86	0,91	20,9%	3,3	3,9	4,0	4,8	45,5%	10,3%	13,3%
Barreira	0,70	0,78	0,84	0,84	20,1%	2,7	3,2	3,7	3,8	40,7%	8,9%	9,6%
Baturité	0,62	0,78	0,69	0,80	28,2%	2,7	3,3	3,1	3,9	44,4%	3,6%	9,3%
Capistrano	0,77	0,84	0,86	0,87	12,6%	2,9	3,0	3,5	3,3	13,8%	-4,3%	4,4%
Caridade	0,71	0,81	0,83	0,84	18,5%	2,6	3,2	3,8	3,9	50,0%	9,5%	18,3%
Guaiuba	0,71	0,77	0,77	0,85	19,7%	2,6	2,8	2,9	3,3	26,9%	2,0%	4,0%
Guaramiranga ⁷	-	0,79	0,90	0,83	5,2%	-	3,6	4,3	4,2	16,7%	6,1%	5,1%
Itapiúna	0,78	0,76	0,80	0,87	12,1%	2,8	2,8	3,3	3,5	25,0%	4,9%	9,9%
Mulungu	0,64	0,71	0,84	0,85	33,2%	2,5	2,9	3,7	3,7	48,0%	2,9%	8,9%
Ocara	0,72	0,83	0,86	0,85	18,5%	2,9	3,0	3,9	4,0	37,9%	7,1%	10,0%
Pacoti ⁸	-	0,87	0,87	0,87	-0,9%	-	3,9	4,1	4,0	2,6%	-0,9%	3,4%
Palmácia	0,77	0,73	0,87	0,85	10,2%	2,7	2,8	3,6	3,7	37,0%	8,7%	15,6%
Redenção	0,75	0,86	0,93	0,97	29,9%	3,0	3,5	4,2	4,3	43,3%	3,3%	7,0%

Fonte: Elaboração dos autores com suporte em dados disponíveis no sítio do INEP

Os dados mostram que houve significativo crescimento nos indicadores de rendimento dos municípios, sendo o maior deles em Mulungu (33,2%) e o menor em Pacoti (-0,9%). Em 2011 se registra apenas dois municípios com taxa de aprovação acima de 90%, o que indica que as taxas de reprovação e abandono juntas, somam ainda, mais de 10% e que o IDEB desta etapa do ensino fundamental ainda pode crescer por conta deste indicador.

Há que se considerar também a linha de base de 2005, quando nenhum dos quinze municípios atingia 80% de aprovação. Essa mesma tabela permite observar que os percentuais de evolução do IDEB em todos os municípios, no período 2005 – 2011 foram maiores que os crescimentos das taxas de aprovação, o que nos leva a investigar em que medida tais crescimentos estão associados à melhoria no desempenho da Prova Brasil.

Os dados mostram que em Matemática, 3 municípios tiveram decréscimo no desempenho – Acarape, Capistrano e Pacoti, e os demais apresentam um crescimento de, no máximo, 10,3%. A disciplina Língua Portuguesa, por sua vez, apresentou crescimento de desempenho mais significativo, da ordem de 2,0% a 18,36%. No entanto, quando comparados com os dados da Tabela 13, fica evidente que o esforço da gestão educacional municipal de melhoria dos indicadores que compõem o IDEB está concentrado nas séries iniciais.

9. O município de Guaramiranga não possui IDEB 2005, assim o percentual de crescimento foi calculado em relação a 2007.

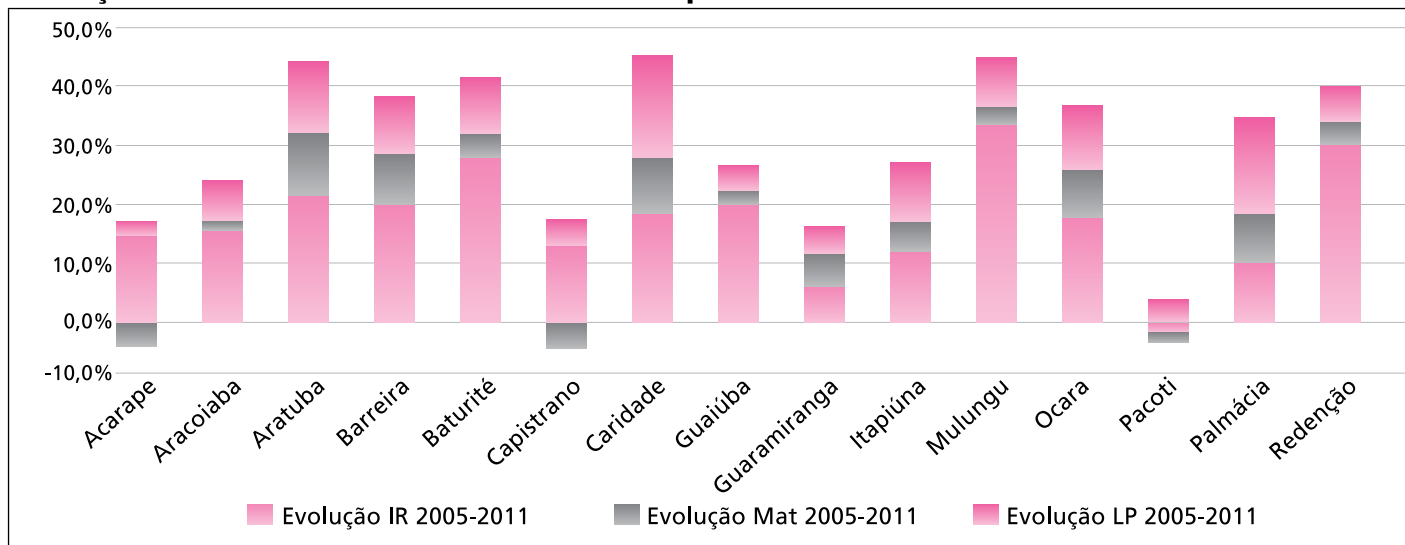
10. Idem para o município de Pacoti.



O gráfico 5 permite visualizar a contribuição da evolução de cada um dos indicadores que compõem o IDEB das séries finais do ensino fundamental por município.

Gráfico 5

Evolução dos indicadores de rendimento e desempenho na Prova Brasil – séries finais do EF 2005 - 2011



Fonte:

As séries finais do ensino fundamental apresentam uma situação mais reveladora quanto à contribuição das taxas de aprovação na melhoria dos resultados do IDEB no período 2005 – 2011. Em todos os municípios, a evolução do indicador de rendimento foi determinante para a melhoria do IDEB, que mesmo assim não chegou aos patamares do que aconteceu com as séries iniciais.



Para refletir

1. Estudos sobre o IDEB vêm mostrando que enquanto MEC, estados e municípios focalizam iniciativas visando à melhoria dos resultados nas séries iniciais do ensino fundamental, as séries finais e o ensino médio carecem de ações com esse mesmo propósito. Procure analisar o que vem sendo feito no seu município no intuito de melhorar os resultados das séries finais.
2. Como você explica a contribuição do indicador de rendimento [taxa de aprovação] nos resultados das séries finais?

Todas as reflexões levantadas apresentam a perspectiva do sistema educacional, ou seja, procuram desvendar o contexto da gestão municipal, observando o conjunto de escolas de forma agregada. Contudo, os resultados obtidos por cada sistema de ensino, provêm de cada uma das unidades escolares, que são os locais onde se forja a realidade educacional e produz seus indicadores, como veremos adiante.

6. É na escola que tudo acontece

A escola, como qualquer instituição financiada com recursos públicos, tem como missão prestar serviços públicos de qualidade à sociedade. Cabe, portan-

to, a ela, monitorar o alcance dos resultados e a efetividade dos mesmos, com vistas à eficiência e eficácia dos recursos despendidos e atendendo os **princípios da administração pública**.

Assim, a gestão escolar deve atuar permanentemente no controle dos processos, de forma que o sucesso escolar se concretize, possa ser mensurado através dos sistemas de avaliação internos e externos em vigor, e que se registre em documentos específicos.

Convém que os gestores escolares se apropriem de cada um dos indicadores específicos da escola, e que os mesmos possam ser decompostos, seja por turma, por turno (taxas de aprovação, de reprovação, de evasão) ou outros elementos contidos no índice (por exemplo, a decomposição do IDEB em índice de rendimento, aprendizagem em Língua Portuguesa e em Matemática), etc.

Na Tabela 16, vamos observar algumas escolas dos municípios do Maciço e analisar alguns indicadores que já estudamos em tópicos anteriores. Para essa análise selecionamos das 98 escolas que participaram da Prova Brasil 2011, as quatro que obtiveram maior e as três que obtiveram menor IDEB nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

A Constituição Federal de 1988, no Capítulo VII, do Título III, e artigo 37, consagrou os princípios regentes da Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Esses princípios, expressos constitucionalmente, são essenciais para a probidade e transparência na gestão da coisa pública, de modo que só poderá ser válida a conduta administrativa se estiver compatível com eles. São eles: princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

Tabela 15

Escolas da região do Maciço de Baturité com evolução dos indicadores e IDEB no período 2005 – 2011 nas séries iniciais

Escolas	Evolução IR 2005-2011	Evolução LP 2005-2011	Evolução Mat 2005-2011	Ideb 2005	Ideb 2007	Ideb 2009	Ideb 2011	Evolução Ideb 2005-2011
Sebastião Freire Braga EEF	24,9%	23,9%	27,2%	3,1	2,5	4,0	5,4	74,2%
São Marcos EEF	14,7%	35,0%	26,9%	-	3,2	4,0	5,4	68,8%
Anto. Jacó EM1 Gr Deputado	17,7%	31,3%	34,6%	-	3,0	4,3	5,4	80,0%
Isaias Marques EEF	42,0%	16,0%	32,6%	-	2,8	2,8	5,4	92,9%
Francisco Correia Lima EMEIEF	9,6%	13,6%	12,2%	-	-	2,7	3,5	29,6%
Capitão Antônio Joaquim EEIEF	0,3%	-8,2%	-0,5%	-	-	3,7	3,4	-8,1%
Francisco Rocha Ramos EEF	46,3%	-0,8%	3,0%	2,3	3,1	2,9	3,4	47,8%

O que se observa é que quatro escolas tiveram uma melhoria nos seus IDEB no período superior a 60% mostrando que é possível, mesmo em cenários de adversidades, desenvolver iniciativas que impactem de forma positiva na aprendizagem dos alunos. É importante destacar também que em três das quatro escolas, a melhoria do IDEB se deve mais a evolução dos resultados na Prova Brasil do que ao crescimento da taxa de aprovação. Isso confirma o que muitos estudiosos vêm denominando de **efeito escola**.

O gráfico 7 permite uma melhor visualização do comportamento dos indicadores de rendimento e desempenho em Língua Portuguesa e Matemática para as escolas.

Nas quatro escolas com melhor IDEB o que se observa é um crescimento significativo no desempenho da Prova Brasil – Língua Portuguesa e Matemática, enquanto nas escolas com piores IDEB, o crescimento é menor e a maior contribuição vem da taxa de aprovação. Mesmo assim, essas escolas ainda apresentam taxas de aprovação em 2011 inferiores a 90%.

No Brasil, os estudos sobre o efeito das escolas e os fatores associados à eficácia escolar só começaram a ser produzidos por volta de meados dos anos 1990 a partir de dados do SAEB. Os estudos mostram que para além das variáveis relacionadas com a composição social da escola, que devem ser consideradas como variáveis de controle, os fatores associados à eficácia escolar descritos pela literatura brasileira podem ser organizados em cinco categorias: a) recursos escolares; b) organização e gestão da escola; c) clima acadêmico; d) formação e salário docente; e) ênfase pedagógica (ALVES e FRANCO, 2008, pp. 490 e 494)



Para refletir

1. Quais os indicadores educacionais de sua escola?
2. Estes indicadores – em especial as taxas de aprovação, reprovação, evasão e o IDEB – traduzem qual a função social de sua escola?
3. Qual a diferença entre evasão e abandono? E entre reprovação e repetência? Todos são indicadores educacionais específicos da escola?

7. Tecendo algumas considerações finais

O retrato da educação no Maciço mostra o quanto municípios muito próximos geograficamente e com condições econômicas semelhantes podem apresentar variações na condução das suas políticas. A despeito disso, o fato de todos apresentarem redução do número de matrículas e significativa elevação das receitas deveria, a princípio, implicar melhorias no sistema educacional em vários aspectos, inclusive no desempenho de aprendizagem dos alunos.

No entanto, permanecem os desafios da universalização do ensino fundamental (em 13 dos 15 municípios); da correção de fluxo de modo a reduzir/eliminar a distorção idade/série; da construção de escolas e/ou ampliação das salas de aula nas já existentes; da criação de turmas de educação de jovens e adultos a fim de reduzir as taxas de analfabetismo funcional; da obtenção de melhores resultados nos exames de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática.

Estes dados trazem preocupação quanto à natureza dos investimentos em educação, que não parecem obedecer à lógica de políticas planejadas, conforme afirma Moreira (2011). Nesse sentido, as análises realizadas sugerem ao menos duas limitações de políticas:

- dos municípios quanto ao planejamento e emprego de recursos – as ações não atingem os diversos níveis da educação e geram o efeito “cobertor de pobre” – investimento em determinados setores em detrimento de outros;
- dos órgãos e conselhos de estado quanto ao acompanhamento, avaliação e controle – a ausência de registro, assim como a inconsistência de vários indicadores de gastos em educação, mostra que o ciclo da política pública não se completa e, por conseguinte, mostra-se ineficaz.

É com base no exposto, consideramos que os esforços e investimentos em educação efetuados nos municípios do Maciço de Baturité nas últimas décadas não se traduzem, necessariamente, em melhorias no potencial de aprendizagem das crianças e, por extensão, suporte para a superação da pobreza da população. Em que pesem os recentes resultados positivos e a ampliação do acesso e da permanência de crianças na escola, ainda há muito a fazer no sentido de propiciar educação de qualidade para todos.

Ao analisar os dados relativos ao IDEB do ensino fundamental, observa-se que, de fato, o índice vem apresentando melhoras, sendo as séries iniciais o foco dessa melhoria. Chama a atenção a persistência de taxas de aprovação abaixo de 90% indicando ainda a existência de parcela significativa de crianças que são reprovadas ou abandonam a escola. No que tange às séries finais do

ensino fundamental, a situação de aprovação é ainda mais crítica, sendo que o crescimento do IDEB neste período está fortemente associado à melhoria nos indicadores de rendimento.

Os desafios podem ser expressos ao comparar os IDEB das séries iniciais e finais – em 2005 apenas 3 municípios apresentavam o IDEB nas séries finais menor ou igual ao das séries iniciais; em 2007 são cinco municípios nesta situação, em 2009 o número cresce para 7 municípios e em 2011, todos os municípios apresentam IDEB nas séries finais menores que seus respectivos IDEB nas séries iniciais. Ou seja, depois de mais quatro anos de estudos, a escola fez pouca ou nenhuma diferença no desempenho dos alunos. É como se eles estivessem percorrendo a trilha da ignorância, demonstrando também que o ciclo virtuoso de melhoria dos indicadores associados ao IDEB não se implantou e que a luz do fim do túnel ainda é uma quimera.

Considerando a forte dependência dos programas de transferência de renda por parte das famílias, e a pouca capacidade de investimento e geração de políticas públicas próprias por parte dos municípios em decorrência da dependência financeira do Estado, a persistência de baixos indicadores de aprendizagem funciona como um entrave a qualquer projeto de desenvolvimento futuro.

Quando adentramos ao contexto dos indicadores das unidades escolares, percebemos que embora os números revelem os resultados de suas práticas cotidianas, os gestores escolares pouco sabem sobre a leitura e entendimento desses dados. Ao procurar ler e compreender tais informações, a equipe escolar se municiará de ferramentas que os tornará capazes de planejar suas ações focalizando o que realmente interessa na busca pela melhoria da qualidade da educação. Os números nos ajudam a pensar...

Referências

ALVES, M. T. G e FRANCO, C. A pesquisa em eficácia escolar no Brasil – evidências sobre o efeito das escolas e fatores associados à eficácia escolar. In BROOKE, N. e SOARES, J. F. (orgs). **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, pp. 482 - 500.

BARROS, R. P. de. MENDONÇA, R. SANTOS, D. D. dos. QUINTAES, G. Determinantes do desempenho educacional no Brasil. Disponível em <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/td_0834.pdf> Acesso em 21/09/2013.

BRASIL/MEC. **Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação**. Disponível em <<http://fnde.gov.br>> acesso em 02/05/2012.

BRUNNER, José Joaquín; ELACQUA, Gregory. **Factores que inciden en una educación efectiva** – evidencia internacional. Disponível em: < <http://www.educoas.org/portal/bdigital/lae-educacion/139/pdfs/139pdf1.pdf>> Acesso em: 06 ago. 2011.

CARVALHO, Maria do Carmo Brandt de; NUDELMAN, Sonia Maria de Oliveira (orgs.). **Melhoria da educação no município**. São Paulo: Peirópolis, 2003.

CEARÁ/Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional. **Maciço do Maturité. Plano de Desenvolvimento Regional**. Fortaleza: SDLR, 2001.

FERNANDES, Reynaldo. **Nota Técnica** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Brasília: INEP, 2007. 26 p. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>> Acesso em: 19/04/2009.

FERRÃO, M. E. FERNANDES, C. **O efeito-escola e a mudança – dá para mudar?** Evidências da investigação brasileira. In REICE - Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación. 2003, Vol. 1, n° 1. Disponível em: <<http://www.ice.deusto.es/RINACE/reice/vol1n1/FerraoyFernandes.pdf>> Acesso em 06/10/2013.

FERREIRA, S.; VELOSO, F. A. Mobilidade intergeracional de educação no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 33, p. 481-513, 2003. Disponível em www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/BMT_35.pdf#page=25. Acesso em 21/09/2013.



<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>

<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/planilhas-para-download>.

<http://www.ipece.ce.gov.br/>

GREMAUD, A. P; FELICIO, F. de; BIONDI R. L. **Indicador de Efeito Escola**: uma metodologia para a identificação dos sucessos escolares a partir dos dados da Prova Brasil. Brasília: INEP, 2007. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B4D7082F8-7778-41C3-BC7A-7DD347BC1409%7D_MIOLO_TEXTO_DISCUSS%C3%83O_N%C2%BA%2027.pdf>. Acesso em 06/10/2013.

IBGE. PNAD 2012. Comentários. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 29/09/2013.

IPEA. BRASIL. Presença do Estado no Brasil. **Comunicado do IPEA n° 129**. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Brasília: Janeiro de 2012. 24p.

JANNUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro. Vol. 36 (1), no. 1, jan/fev 2002, p. 51-72.

MOREIRA, A. N. G. M. **Aplicação dos recursos da educação**: estudo exploratório em municípios cearenses com melhores resultados do IDEB. Dissertação. 170 f. Dissertação de mestrado em educação – Centro de Educação, Universidade Estadual do Ceará, 2011.

NASCIMENTO Alexandre Sabino do. **A produção do espaço no/do Maciço do Maturité**: reflexões sobre o papel do Estado na formulação de políticas de desenvolvimento urbano-regional. Disponível em <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/2736/273620613015.pdf>>. Acesso em 18/05/2012.

PORTO. Luana Cavalcanti. **Cortes e recortes do turismo no Maciço do Maturité** – CE: reflexões a partir da avaliação do programa de apoio ao turismo regional (PROATUR). Dissertação. Universidade Federal do Ceará. Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, 2008.

SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL. **Quadro de Dados Contábeis Consolidados Municipais**. Disponível em <<http://www.receita.fazenda.gov.br/stn>> Acesso em 03/01/2012.

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ. **Receita por fonte**. Disponível em <<http://www.tcm.ce.gov.br>> Acesso em 03/01/2012.

VIDAL, E. M; COSTA, L. e VIEIRA, S. L. Ensino Fundamental: fim de um ciclo expansionista? In. **Análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2005**. Brasília: MTE, CGEE. 2007, pp. 119 – 170.

VIEIRA, S. L. **Educação Básica**: Política e gestão da escola. Fortaleza: Liberlivro, 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Gestão e sucesso escolar**: um enigma a decifrar. Relatório de pesquisa. Bolsa de Produtividade PQ/. CNPq – mar. 2008/fev. 2011. Fortaleza, 2011.

VIEIRA, Sofia Lerche; VIDAL, Eloísa Maia. **Financiamento da Educação em Municípios do Ceará**: a busca de conciliação entre despesas e qualidade. Trabalho publicado nos anais do XXV Simpósio Brasileiro II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação. São Paulo, 2011.

Sobre os autores

Eloisa Maia Vidal: Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará. É professora adjunta da UECE com atuação em formação de professores de Física e desenvolve pesquisas acadêmicas na área de política educacional, avaliação e gestão da educação básica. Foi Coordenadora Pedagógica, de Planejamento e Secretária Adjunta da Secretaria de Educação Básica do Ceará. Atualmente é coordenadora adjunta da UAB/UECE.

Antônio Nilson Gomes Moreira: Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará. Servidor da Prefeitura Municipal de Maracanaú, onde exerce o cargo de Secretário Executivo da Secretaria Municipal de Educação.